

INTERFACES DA TECNOLOGIAS ASSISTIVA PARA O ENSINO DA LIBRAS E PARA A ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO

Guilhermina Elisa Bessa da Costa¹
Laura de Oliveira Miranda²
Gabriel de Oliveira Chácara³

RESUMO

A Tecnologia Assistiva (TA) ou ajuda técnica, são caracterizados por produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços e tem como objetivo promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007). Nessa perspectiva, o ensino da LIBRAS necessita buscar inovações no sentido de ampliar o uso de imagens, seja ele através de ilustrações tradicionais ou recursos tecnológicos mais contemporâneos tais como ilustrações realistas, animações, vídeos, modelagem 3D, HQ, literatura surda, fotografias, dentre outros. O objetivo desse estudo é evidenciar a Tecnologia Assistiva como ferramenta para promover a aprendizagem da LIBRAS no contexto educativo.

Palavras-chave: Tecnologia assistiva, Educação, Inclusão.

INTRODUÇÃO

Esse estudo é parte de uma pesquisa do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia-UNEB-UNEB e revela os desafios do uso das Tecnologias assistivas no processo de ensino-aprendizagem no processo de inclusão, na perspectiva de ressaltar a importância dessas tecnologias para promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

¹ Mestre em Gestão de Tecnologias aplicadas à Educação –GESTEC/UNEB. Pós-graduada em Psicopedagogia (UESC) e História do Brasil e em Docência do Ensino Superior. Professora efetiva da Universidade do Estado da Bahia- CAMPUS X. Coordenadora do Colegiado de História – UNEB/CAMPUS X. E-mail: guilbessa@yahoo.com.br

² Graduanda do curso de licenciatura em História, VII Semestre, no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS X –Teixeira de Freitas. Bolsista de Iniciação Científica –PROGRAMAIC/UNEB, Agência de fomento:FAPESB. E-mail: lauraoliveiram97@gmail.com

³ Graduando do curso de licenciatura em História IX Semestre, no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/CAMPUS X –Teixeira de Freitas. Bolsista de Iniciação Científica –PROGRAMAIC/UNEB, Agência de fomento:FAPESB. E-mail: gabrielchacara10@gmail.com

A partir dessa definição, sentimo-nos instigados a destacar que uma das Leis analisadas nesse estudo, refere-se ao Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/ 2015, a qual constitui em um avanço para as políticas públicas para a inclusão no Brasil, na perspectiva de analisar em quais instâncias se fomenta a utilização da tecnologia assistiva para pessoas com deficiência com o intuito de corroborar para a interação entre professores e estudantes no processo de ensino-aprendizagem. Na referida Lei, destacamos o que está preconizado no Art. 74: "É garantido à pessoa com deficiência acesso a produtos, recursos, estratégias, práticas, processos, métodos e serviços de tecnologia assistiva que maximizem sua autonomia, mobilidade pessoal e qualidade de vida."

É importante destacar a relevância do estudo sobre educação inclusiva e da utilização desse tipo de tecnologia como uma forma de oportunizar a autonomia e qualidade de vida para os estudantes com deficiência, os quais foram historicamente vítimas do "esquecimento" e muitas vezes de maus tratos, impedidos muitas vezes do convívio familiar, social e escolar.

O referencial teórico para a pesquisa, *a priori* analisou a Lei da Língua Brasileira de Sinais (Decreto nº. 5626/2005), que regulamentou a Lei nº.10. 436/02 e a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015. Em seguida, nos debruçamos nos estudos de LÉVY (1999), GALVÃO FILHO(2009,2013), BERSCH(2012). Na área do ensino da Libras utiliza-se os estudos de QUADROS (2006), SÁ (2011), STAINBACK (1999), STROBEL (2008), dentre outros. Ademais, discute-se os dados com as perspectivas teóricas que abordam a inclusão e a tecnologia assistiva.

Galvão Filho (2009) apresenta um amplo leque de possibilidade de construção e usos da tecnologia assistiva no processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento, a formulação dessas tecnologias pode ser feita com materiais mais acessíveis, inclusive a partir da reutilização de materiais que seriam descartados, o referido autor explica a relevância da construção de Tecnologia Assistiva a partir das identificação de estratégias pedagógicas e tecnologias adequadas passíveis de serem utilizadas para estudantes com deficiência.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, utilizou-se como metodologia de abordagem qualitativa, por meio da coleta, seleção bibliográfica e análise documental (dados do censo/INEP, resoluções, decretos, regimento interno das escolas, leis municipais, projeto político pedagógico das escolas, currículo escolar, sala de recursos, dentre outros a fim de registrar os aspectos levantados sobre a tecnologia assistiva e estabelecer um paralelo entre estas disposições locais e os textos dos marcos legais, estatutos e decretos e as contribuições da referida legislação brasileira, especialmente a Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146/2015.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os resultados apontam que é necessário investir na inserção de novas tecnologias na prática educativa, na perspectiva de contribuir para a educação de surdos e ouvintes no que tange aos conhecimentos da estrutura da Língua, demonstrando estratégias e possibilidades de abordagens para o ensino da LIBRAS, tendo em vista que a Tecnologia Assistiva consiste em um campo de conhecimento formado com colaborações interdisciplinares que visam atuar na potencialização de habilidades funcionais das pessoas com deficiência para auxiliar na superação de barreiras e obstáculos, mas ainda é necessário maior investimento nessa área, nos aspectos estruturais, materiais adaptados e em salas multifuncionais e na formação continuada de professores.

Apesar dos marcos regulatórios do novo Estatuto da Pessoa com deficiência, Lei nº.13.146/2015, ainda percebemos um distanciamento entre o que está preconizado na lei e a realidade existente nas escolas da educação básica, uma vez que os programas e os currículos de formação de professores, por razões não aleatórias, são omissos ou incipientes, sobretudo no que se refere às bases necessárias para a compreensão e prática desse nível de participação na instituição docente, da profissão docente, pedagógica, educacional.

A exemplo de aplicações sobre Tecnologia assistiva em outras instâncias da lei, na Seção III – Da Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho onde o Art. 37 discute sobre a igualdade de oportunidade entre pessoas com deficiência e as demais pessoas, atendendo as regras de acessibilidade, fornecendo recursos de tecnologia assistiva e a adaptação razoável no ambiente de trabalho (BRASIL, 2015). Quanto ao capítulo específico sobre TA (Capítulo III) traz as orientações

sobre sua aplicação (Art. 74) como a maximização da autonomia, mobilidade pessoa e qualidade de vida além de implicações ao poder público (Art. 75) incentivando a facilitação do acesso às tecnologias assistivas (BRASIL, 2015).

A inclusão escolar não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência, mas sim recursos, ferramentas, linguagens, tecnologias que concorram para diminuir/eliminar as barreiras que se interpõem aos processos de ensino e de aprendizagem. Tudo isso implica novas ideias de conhecimento, de ensino e aprendizagem, exigindo que se repense e se reorganize o currículo, que se reflita sobre a função da escola, sobre o papel do professor e do aluno (BERSCH e MACHADO, 2012).

Conforme os autores supracitados, deve-se verificar que opções de tecnologia devem ser consideradas para o desenvolvimento de um sistema para o aluno que possui determinadas capacidades e necessidades e que estratégias podem ser utilizadas para incrementar o desempenho escolar, além de verificar as ferramentas que poderão ser experimentadas com o aluno no ambiente. (BERSCH e MACHADO, 2012). Nesse sentido, os educadores necessitam abarcar diferentes recursos de acessibilidade que permitem ao estudante com deficiência participar das atividades escolares e interagir com o professor e colegas de turma, e em todos os ambientes em que se fizer necessário (escola, contexto familiar, comunidade).

Apesar das dificuldades para implementar o atendimento educacional especializado nas escolas brasileiras, há em alguns municípios um avanço na utilização da tecnologia assistiva para pessoas com deficiência, como por exemplo para estudantes com deficiência física são ofertadas as seguintes modalidades de TA: comunicação aumentativa e alternativa direcionada àqueles que possuem dificuldades de fala e escrita; adequação de materiais didáticos pedagógicos como engrossadores de lápis, tesouras adaptadas; adequação dos recursos de informática como os mouses, ponteira de cabeça, programas especiais, etc.

Para a comunidade surda é possível utilizar a tecnologia assistiva como: O *Videofone VPAD*, o *Hand Talk*, ou *Mãos que falam*, é uma solução digital para realizar a tradução simultânea de português para a Língua de Sinais e converte textos, imagens e áudios para LIBRAS, destacamos ainda o Dicionário de LIBRAS e o *ProDeaf* é um software de tradução de texto e voz na Língua Portuguesa para LIBRAS, visando contribuir para a comunicação entre Surdos e ouvintes, promovendo a integração social e digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos na pesquisa revelam para a necessidade de investir na formação de professores para a educação bilíngue, com vistas à valorização da cultura surda dentro e fora da sala de aula, utilizando inclusive os recursos das TIC's, propiciando um diálogo constante com a diversidade, numa perspectiva interdisciplinar entre a Língua oral e escrita, fomentando novas pesquisas com vistas a uma prática pedagógica inovadora e que valorize a língua, a identidade e a cultura surda.

Além do exposto, a pesquisa revelou que no Brasil há uma ênfase maior na tecnologia do que na inclusão social, deixando a sociedade condicionada ao acesso tecnológico sem haver uma reestruturação curricular do ensino, que deveria passar pela inserção dos educadores na reestruturação de um novo modelo de ensino e aprendizagem e também de aquisição de equipamentos adequados.

A legislação em vigor "garante o acesso" à Tecnologia Assistiva, no entanto, é necessário que haja uma a garantia efetiva dos direitos, no sentido de dar continuidade as ações e políticas públicas já iniciadas dentro desta temática, pois ainda percebemos que é necessário divulgar a legislação e também implementar ações para que seja se torne uma realidade o que está preconizado nos marcos legais acerca da acessibilidade e não apenas mais uma marco legal, distante da realidade, por esse motivo é importante fomentar a formação de professores e lutar pelos direitos da pessoas que necessitam das ferramentas de Tecnologia assistiva para melhorar a sua autonomia, independência e acessibilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, 2015.

BERSCH, Rita Bersch; MACHADO. **Tecnologia Assistiva- TA: Aplicações na Educação/ Módulo III**. Santa Maria, 2012.

CAT, Comitê De Ajudas Técnicas. Ata da Reunião VII, de dezembro de 2007 do Comitê de Ajudas Técnicas. **Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (CORDE/SEDH/PR)**, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1987.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? *In*: MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). **Conexões**: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.